

Transformações recentes no padrão de emprego regular urbano: uma síntese do panorama nacional e regional

*Waldir Quadros e Marcio Pochmann**

Do ponto de vista do mercado de trabalho, os anos 90 no Brasil são profundamente marcados pelo processo de supressão de postos do trabalho formal, rompendo uma tendência iniciada ainda nos anos 30. Embora este fenômeno venha acompanhado da expansão do trabalho informal, do trabalho autônomo e do pequeno negócio, há fortes indicações de que predomina no País um quadro de precarização das condições sociais.

Em tal cenário, a destruição do trabalho formal assume papel crucial, por suas repercussões na dinâmica de estruturação do mercado de trabalho, nas condições de vida dos trabalhadores, na organização e atuação sindical, na situação previdenciária, entre outras.

Neste texto procurou-se traçar contornos gerais do processo de retração no emprego formal, inicialmente chamando

*** Economistas, professores do Instituto de Economia (IE) e pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).*

atenção para seu elemento decisivo: o medíocre desempenho econômico advindo da baixa performance dos investimentos produtivos e do programa de ajustes macro e microeconômico.

Em seguida, buscou-se identificar o comportamento regional desse fenômeno nacional. Entretanto, as restrições estatísticas presentes na base de dados disponível indicam que tais dados sejam tomados apenas como ponto de partida para novos estudos.

Durante os últimos 16 anos, a situação do emprego regular urbano apresentou dois movimentos bem distintos. No período entre 1980 e 1989, o comportamento do emprego acompanhou, com menor intensidade mas na mesma direção, a evolução do produto. A partir de 1990, no entanto, o emprego passou a apresentar trajetória distinta do nível de atividade. Mesmo com o retorno de taxas positivas no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) e a pequena elevação dos investimentos a partir de 1993, praticamente se mantiveram inalteradas as posições tanto do emprego regular urbano quanto da taxa de desemprego, situadas ainda no patamar da última recessão (1990-1992).

Diante disso, o ano de 1996 encerrou apresentando um quadro muito distinto do de 1980. Apesar de o PIB ter registrado variação positiva acumulada em 38% nos últimos 16 anos, o nível nacional de emprego regular urbano caiu 6,2% e a taxa de desemprego aumentou 77,3%, refletindo, em certa medida, um movimento crescente de desestruturação do mercado de trabalho urbano no País.

Além das informações disponíveis, que permitem identificar as profundas alterações que estão ocorrendo no padrão de emprego, pode-se também apoiar-se na literatura especializada que trata das recentes mudanças no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, uma parte dessas análises não conduz à convergência do entendimento adequado sobre a natureza e as causas responsáveis pelas transformações do emprego regular urbano.

Por conta disso, o presente artigo foi organizado pretendendo, inicialmente, recuperar os determinantes macroeconômicos do emprego com a finalidade de auxiliar na identificação dos elementos fundantes das transformações no padrão de emprego regular urbano no País. A partir daí, desenvolve-se, numa segunda parte, uma análise sintética quantitativa e qualitativa das transformações no padrão do emprego. Por fim na terceira e última parte, examinam-se as alterações regionais do emprego.

ELEMENTOS FUNDANTES DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO PADRÃO DE EMPREGO REGULAR URBANO

Para poder identificar adequadamente a natureza e as causas gerais das transformações do padrão do emprego regular urbano em um período recente no País, optou-se por recuperar os determinantes keynesianos do emprego em uma economia capitalista. Nesse sentido, são rapidamente analisados: o nível de atividade; a reinserção externa; a reestruturação das empresas privadas e o ajuste no setor público com vistas à análise de seus efeitos sobre o padrão de emprego regular urbano.

O Nível de Atividade

Desde o início dos anos 80, observou-se a presença de um conjunto de restrições internas e externas imposto ao pleno desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Em geral, a queda e a permanência de taxas relativamente baixas de investimento como proporção do produto revelam a reduzida capacidade de recomposição e ampliação do parque produtivo.

Além da identificação do desempenho insuficiente dos investimentos, pode-se verificar que o comportamento do Produto Interno Bruto *per capita* também confirma o estado geral de estagnação da economia brasileira. Apesar da importante recuperação do PIB por habitante nos últimos quatro anos, o seu valor, em 1996, era apenas 2,1% superior ao de 1980.

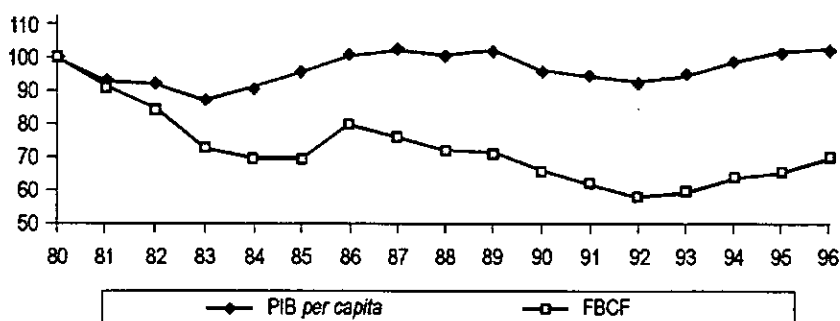
Durante os anos de 1980 a 1989, o PIB apresentou taxa de crescimento média anual de 2,25% e de 4,5% somente no período 1984-89 (descontada a recessão dos anos de 1981 a 1983). Paralelamente, o nível nacional de emprego regular registrou para os períodos 1980-89 e 1984-89 uma taxa de crescimento média anual de, respectivamente, 1,2% e de 2,85% (gráfico 1).

Para o período seguinte (1990-96), o nível nacional de emprego regular apresentou taxa negativa de variação média anual tanto para o período 1990-96 (-1,97%) quanto para os anos de 1993 a 1996 (-0,21%), que excluem os efeitos da recessão (1990-92). O comportamento do PIB no período 1990-96 apresentou taxa de crescimento média anual de 1,13% no período 1990-96 e de 4,3% para os anos de 1993 a 1996.

A retomada no nível de atividade econômica a partir de 1992 foi fortemente influenciada pela estabilização monetária, que

possibilitou o avanço do crédito ao consumo e a elevação *once for all* do poder aquisitivo das famílias de renda mais baixa, sustentada na ampliação da produção doméstica e das importações. Sem impactos relevantes até o presente momento no nível de investimentos, houve a impossibilidade de manutenção sustentada do crescimento econômico e a geração de sinais de crise na conta corrente do Balanço de Pagamentos. A adoção recente de políticas macroeconômicas *stop and go* aponta para a estagnação das atividades econômicas.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DO PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA E DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, NO BRASIL - 1980-1996



FONTES: BACEN, IBGE

NOTA: Base para o índice: 1980 = 100.

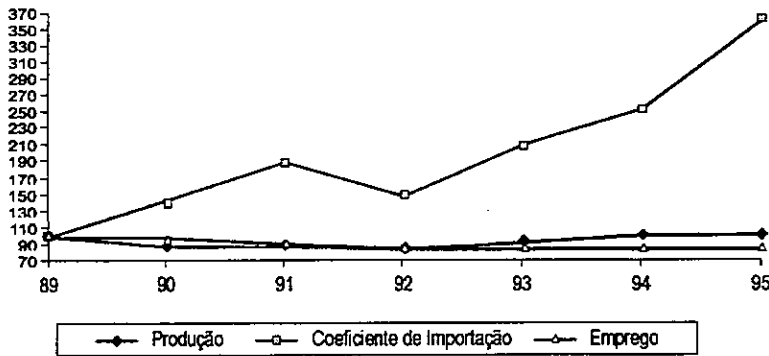
A Reinscrição Externa

A década de 90 inaugura no País uma nova fase de inserção externa, marcada pela abertura comercial, desregulamentação financeira e integração regional (Mercosul). Essa mudança nas relações econômicas externas ocorre num cenário cambial desfavorável e desacompanhado de políticas industrial ativa e comercial defensiva.

Em função disso, o processo de reinscrição internacional não estaria levando à construção de um novo modelo de crescimento nacional sustentado. Pelo contrário, as medidas macroeconômicas, em curso desde 1990, estariam promovendo a desintegração da cadeia produtiva e mostrando-se, até o momento, mais eficazes na destruição de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego.

A desarticulação no interior de várias cadeias produtivas tem levado à maior heterogeneidade da base econômica, com a modernização de empresas na ponta e o retraimento, fechamento e desnacionalização de outras ao longo da cadeia produtiva. Nesse sentido, a situação desfavorável do emprego poderia ser associada, em parte, à reinscrição externa passiva e subordinada aos interesses de organismos internacionais e de países avançados (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUÇÃO, DO EMPREGO E DO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL, BRASIL - 1989-1995



FONTES: MTb, BACEN, IBGE

NOTA: Base para o índice: 1980 = 100.

Com efeitos pouco positivos sobre a produção e o emprego, as políticas macroeconômicas voltadas para abertura comercial podem ser identificadas pelas alterações no *mix* de produção doméstica (substituição de produtos intermediários e de bens de capital produzidos internamente por importados), pela ausência de medidas eficientes de apoio às exportações e de seletividade das importações, pelo ambiente de competição desregulado e pelo cenário de câmbio apreciado e juros reais elevados.¹

A Reestruturação das Empresas Privadas

As alterações externas na economia brasileira trouxeram implicações significativas para o conjunto das empresas. Após longa fase de esgotamento do modelo de crescimento por substituição de importações, pode-se identificar alterações no comportamento empresarial voltadas para a implantação de novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica.²

Por conta disso, o comportamento do emprego nacional poderia também estar revelando novidades significativas.³ Em parte, os empregos perdidos a partir de 1990 resultariam do movimento de reestruturação das empresas, decorrente da introdução de novos fundamentos competitivos, marcados pelo aumento da produtividade e pela maior inserção externa, com alteração dos preços relativos e elevação de investimentos racionalizadores em, sobretudo, grandes empresas.

¹ Para melhor entendimento ver: BALTAR (1996); MATTOSO; BALTAR (1996); POCHMANN (1995); DELFIM NETTO (1996); DIEESE (1994); PACHECO (1996) e CACCIAMALI et al. (1995).

² Para maiores detalhes ver: FRANCO (1996); BONELLI (1996) e LEVY; HAHN (1996).

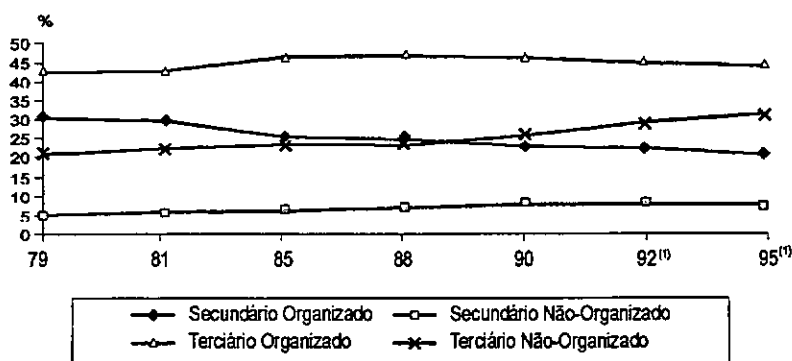
³ Entre 1980 e 1989, o PIB per capita cresceu 1,8% (15,9% de 1984 a 1989) e 1,4% nos anos de 1990 a 1996 (11,7% de 1993 a 1996).

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO PADRÃO DE EMPREGO REGULAR URBANO: UMA SÍNTESE DO PANORAMA NACIONAL E REGIONAL

A adoção de diversos programas de gestão da produção e de reorganização do uso e remuneração da mão-de-obra, como diminuição de hierarquias funcionais, subcontratação de mão-de-obra, terceirização de atividades, alianças tecnológicas, gestão participativa, remuneração e jornada de trabalho variável, entre outros, conformaria novos condicionantes à demanda de trabalhadores. A expansão heterogênea de ocupações entre segmentos organizados e não-organizados pode ser um reflexo da alteração na demanda de mão-de-obra.⁴

No período 1985-90, o emprego no setor industrial organizado cresceu a uma taxa média anual de 0,6%, enquanto no setor industrial não-organizado o emprego aumentou 8,2% a cada ano. No período 1990-95, o emprego decresceu 0,2% ao ano no setor industrial organizado e 5,8% no setor industrial não-organizado (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO NOS SETORES INDUSTRIAL E TERCIÁRIO ORGANIZADO E NÃO-ORGANIZADO, NO BRASIL - 1979/1995



FONTE: IBGE

(1) Exclui pessoas ocupadas e não-remuneradas com menos de 15 horas semanais de trabalho.

No setor terciário, o emprego no segmento organizado cresceu a uma taxa média anual de 3,9% no período 1985-90 e de 1,3% no período 1990-95; já o segmento não-organizado registrou variações anuais do emprego de 5,7% nos anos de 1985 a 1990 e de 6,2% nos anos de 1990 a 1995.

Conforme o gráfico 3, pôde-se observar que o setor terciário não-organizado, que vinha registrando gradual elevação em sua participação relativa durante os anos 80, passou, a partir de 1990, a ampliar rapidamente a sua capacidade de geração de ocupações. Ao contrário do setor industrial não-organizado que, a partir de 1990, passou a apresentar menor participação relativa no total da ocupação.

Nos segmentos ocupacionais organizados, o comportamento do setor terciário foi distinto do da indústria. O terciário registrou leve

⁴Convencionalmente poder-se-iam identificar os empregos de pior qualidade nos setores não-organizados e de melhor qualidade nos setores organizados. A explicação metodológica e a elaboração dos dados pode ser encontrada em PACHECO (1996) e SOUZA (1980).

crescimento na participação relativa nos anos 80 e decréscimo após 1990, enquanto o setor industrial apresentou decréscimo constante desde 1979.

O Ajuste no Setor Público

Durante os anos 80, o setor público foi um dos principais responsáveis pela elevação ocupacional no País. Diante do encolhimento dos empregos no setor privado, decorrente da recessão no período 1990-92, o setor público passou a registrar maior quantidade de empregos que a indústria de transformação, estimulado muito mais pelas ações nas esferas públicas estaduais e municipais.

Somente em período recente, passaram a ser tomadas medidas voltadas para a compressão do total dos gastos com pessoal no setor público, buscando compensar, em parte, a expansão das despesas com encargos financeiros e com demais gastos promovidos sobretudo com a estabilidade monetária. A promoção de rompimentos de contratos de funcionários públicos não-estáveis, de programas de demissão voluntária, de fechamentos de organismos estatais e de propostas de reforma administrativa parece indicar uma firme intenção governamental no sentido do enxugamento de pessoal.

Além disso, o prosseguimento do programa de privatização de empresas estatais tem contribuído para uma drástica redução do emprego regular no antigo setor produtivo estatal. No setor bancário estatal, há indicações precisas de compressão também do emprego regular. Por conta disso, o setor público tem enfraquecido o seu papel decisivo na geração de emprego regular urbano no País, ao contrário da experiência das duas últimas décadas.

AS TRANSFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS NO PADRÃO DE EMPREGO REGULAR URBANO

Em termos quantitativos, a evolução do emprego regular urbano nos anos 90 foi negativa. Uma rápida ilustração do período recente permite observar que o volume de emprego regular no ano de 1996 foi praticamente o mesmo de 1992, que era, por sua vez, inferior em mais de 2,1 milhões de postos de trabalho existentes em 1989. A perda de empregos regulares decorre da promoção de uma recessão acompanhada de nova reinserção internacional, não compensada pela reativação do nível de atividades econômicas a partir de 1993.

Esse desempenho cada vez mais desfavorável para os trabalhadores implica em precarização das relações e condições de trabalho, a partir do desenvolvimento de ocupações sem vínculos formais e regulares e de auto-ocupações com baixo rendimento. Para os trabalhadores inseridos no conjunto dos empregos regulares e formalizados, há novidades interessantes que merecem ser destacadas.

Em termos qualitativos é necessário diferenciar os postos de trabalho gerados nos segmentos organizados dos não-organizados. Nestes, a perda de qualidade parece ser uma constante. Mas para o segmento organizado, há novidades no que diz respeito à composição do emprego (por tamanho do estabelecimento, por tempo de serviço na mesma empresa, por escolaridade, por rompimento do contrato de trabalho e por idade).

No período 1980-93, somente as empresas com menos de dez empregados aumentaram continuamente a participação relativa no total dos empregos regulares urbanos. As demais empresas apresentaram leve decréscimo na participação relativa dos empregos, principalmente os estabelecimentos com mais de mil empregados.

Além da modificação dos empregos por tamanho de estabelecimento, podem ser destacadas as alterações ocorridas no tempo de duração do emprego numa mesma empresa. Entre os anos de 1980 a 1993, observou-se redução relativa dos empregados com menos de três anos de serviço numa mesma empresa (de 60,5% para 49,8% do total do emprego regular) e o aumento dos empregados com mais de cinco anos numa mesma empresa (de 26,4% para 37%). Os empregados na faixa de três a cinco anos mantiveram a mesma participação relativa no período 1980-93.

A expansão do número de empregados com maior nível de escolaridade tem alterado a composição educacional do conjunto das ocupações regulares urbanas. Entre 1980 e 1993, os empregados com curso colegial completo e superior aumentaram a sua participação relativa de 22,9% para 38,8% no total dos trabalhadores empregados, enquanto o emprego de trabalhadores analfabetos e com primário incompleto reduziu sua participação relativa de 22,2% para 15,7%.

Apesar da elevada taxa de rotatividade existente no Brasil, como um indicador da flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho, observou-se movimento de redução na taxa de rompimento dos contratos de trabalho. Em 1980, por exemplo, um contingente equivalente a mais da metade dos empregados teve rompido o contrato de trabalho. Treze anos depois, a quantidade de trabalhadores com rompimento do vínculo trabalhista atingiu cerca de 2/5 do total de empregados. A instabilidade

nos vínculos empregatícios tende a ser maior para os níveis de menor escolaridade e para os homens. Em 1993, por exemplo, a taxa de rotatividade masculina era de 45,5% e a feminina de 32,1%.

Outra alteração importante a ser destacada do conjunto de empregos regulares e regulamentados refere-se à idade dos empregados. Para os trabalhadores mais jovens (até 29 anos), verificou-se redução na participação relativa no total dos empregos, de 53,1% para 39%, entre os anos de 1980 e 1993.

Em compensação, os empregados com idade mais avançada aumentaram sua participação relativa no total dos empregos. No período 1980-93, verificou-se aumento da participação relativa dos empregados com mais de 29 anos no total dos empregos regulares e regulamentados, que passou de 46,9% para 61%.

Assim como foi possível observar algumas das transformações do padrão de emprego regular urbano, pode-se também chamar a atenção para as importantes mudanças no perfil do desempregado. Não apenas ocorreu aumento na taxa de desemprego e, por conseqüência, na quantidade de pessoas procurando emprego, como também houve mudança na estrutura do desemprego e elevação no tempo de procura de trabalho.⁵

Entre os anos de 1986 e 1995, o desemprego cresceu relativamente para pessoas com menos de 5 e de 9 a 11 anos de escolaridade, para pessoas com idade mais avançada (mais de 40 anos), para os homens, para os chefes de família, para as pessoas de cor e para os que procuravam o reemprego.

Para o mesmo período, a situação do desemprego foi, em compensação, menos grave para pessoas com maior grau de escolaridade, para pessoas com menos idade, para a mulher, para os não-chefes de família, para os brancos e para os que procuram o seu primeiro emprego (quadro 1).

O PANORAMA REGIONAL DO EMPREGO FORMAL

Em termos nacionais, o comportamento do emprego urbano ao longo dos anos 90 é marcado decisivamente pelo processo de supressão de postos de trabalho formal, ao lado do avanço no trabalho informal, no trabalho autônomo e no pequeno negócio. Neste cenário, a destruição do trabalho formal assume papel crucial, por suas repercussões na dinâmica do mercado de trabalho, nas condições de vida dos trabalhadores, na organização e atuação sindical, na situação previdenciária, entre outras.

⁵ A literatura que trata do desemprego no Brasil pode ser encontrada em: BIVAR (1994); BRANDÃO; HOFFMANN (1996); CORSEUIL et al. (1996a); BARROS et al. (1996); CORSEUIL et al. (1996b); FIPE (1997); DIEESE (1996) e IBGE (1994).

**TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO PADRÃO DE EMPREGO REGULAR
URBANO: UMA SÍNTESE DO PANORAMA NACIONAL E REGIONAL**

QUADRO I - PERFIL DO DESEMPREGO NO BRASIL - 1986/1995

| ITENS | 1986 | 1995 |
|--|------|------|
| Tipo de Desemprego (%) | | |
| Total | 9,6 | 13,2 |
| Aberto | 6,0 | 9,0 |
| Oculto | 3,6 | 4,2 |
| Idade (%) | | |
| 10 a 14 anos | 39,2 | 43,6 |
| 15 a 17 anos | 27,1 | 31,8 |
| 18 a 24 anos | 14,2 | 19,6 |
| 25 a 39 anos | 7,1 | 10,5 |
| Mais de 40 anos | 5,0 | 7,9 |
| Cor (%) | | |
| Branca | 8,8 | 12,1 |
| Não-Branca | 10,1 | 15,3 |
| Sexo (%) | | |
| Homem | 6,9 | 12,4 |
| Mulher | 10,3 | 15,5 |
| Posição na Família (%) | | |
| Chefe | 1,9 | 3,0 |
| Cônjuge | 2,0 | 2,9 |
| Filho | 7,3 | 9,1 |
| Outros | 4,4 | 5,9 |
| Escolaridade (%) | | |
| Menos de 5 anos | 2,7 | 3,6 |
| 5 a 8 anos | 5,3 | 6,6 |
| 9 a 11 anos | 4,3 | 5,7 |
| Mais de 11 anos | 2,1 | 2,3 |
| Experiência Profissional Anterior (%) | | |
| Reemprego | 7,9 | 11,3 |
| Primeiro emprego | 1,8 | 2,0 |
| Tempo de Procura por Trabalho (semanas) | | |
| Desemprego Total | 17 | 22 |
| Desemprego Aberto | 15 | 18 |
| Desemprego Oculto | 19 | 29 |

FONTES: SEADE, DIEESE, IBGE

Para se ter uma idéia aproximada dos contornos deste fenômeno em nível regional, lançou-se mão dos dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – do Ministério do Trabalho, para o período 1989-95. Para o ano de 1996, utilizaram-se os dados do Módulo I do CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – também do Ministério do Trabalho.

As empresas e demais instituições empregadoras são legalmente obrigadas a fornecer essas informações ao Ministério do Trabalho. Entretanto, existe grande margem de omissões, erros e falhas que impõem certa cautela no uso destes dados.

Técnicos governamentais e analistas da área avaliam que a cobertura da RAIS vem melhorando progressivamente, possibilitando uma análise cada vez mais apurada da estrutura do emprego formal no Brasil. Contudo, como o universo de declarantes sofre alterações ao longo dos anos, os dados brutos da RAIS, que incluem todos os informantes, não são indicados para medir-se as magnitudes das variações absolutas nos estoques de postos de trabalho. Tal medição somente faria sentido no universo mais restrito do painel fixo da RAIS, que inclui apenas as empresas que informaram em todos os anos considerados.

Com base nas fontes utilizadas neste estudo – RAIS e CAGED –, apurou-se uma redução de “apenas” um milhão e cem mil postos de trabalho formal no Brasil durante o período 1990-96, quando os técnicos e analistas admitem algo entre 2,5 a 3 milhões.

Dessa forma, esta base de dados claramente subestima a magnitude do corte. Assim, os resultados obtidos na análise do comportamento regional do emprego formal serão tomados apenas como possíveis indicações de uma evolução positiva ou negativa, e não como medida de crescimento ou redução.

Tendo presentes tais ressalvas, examine-se a tabela 1 que apresenta para os estados e regiões do Brasil os estoques de empregos formais existentes em 1989 e em 1996, bem como as variações no período 1990-96.

Não se pretende aqui se estender sobre o aspecto mais marcante, que é o quadro geral de retração no emprego formal, manifestando-se, com poucas exceções, nos principais centros empregadores de mão-de-obra assalariada. Tal realidade é bastante coerente com o que se esperava a partir de outras evidências e impressões. Entretanto, chama atenção o fato de que em vários estados os dados trabalhados apontam para a expansão ou manutenção dos estoques de postos de trabalho.

A região Centro-Oeste destaca-se, de imediato, com variações positivas em todos os seus estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Na região Sul, que em seu conjunto é deficitária, o Paraná também revela expansão no emprego formal.

Na região Sudeste, como era de se esperar, concentra-se o maior volume de cortes, sendo que o Espírito Santo e principalmente Minas Gerais apresentam saldo positivo.

A região Nordeste é superavitária, com variações positivas na maioria dos estados, destacando-se o Rio Grande do Norte e o

**TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO PADRÃO DE EMPREGO REGULAR
URBANO: UMA SÍNTESE DO PANORAMA NACIONAL E REGIONAL**

TABELA 1 - POSTOS DE TRABALHO FORMAL, POR REGIÕES E ESTADOS DO BRASIL - 1989/1996

| REGIÕES E ESTADOS | ESTOQUE EM 1989 | VARIÇÃO 1990-1996 | |
|---------------------|--------------------|-------------------|--------------|
| | | Absoluta | % Sobre 1989 |
| Norte | 892 886 | -35 003 | -3,9 |
| Acre | 44 066 | 4 153 | 9,4 |
| Amazonas | 271 135 | -30 772 | -1,4 |
| Amapá | 31 210 | 907 | 2,9 |
| Pará | 385 319 | -10 837 | -2,8 |
| Rondônia | 124 483 | -4 971 | -4,0 |
| Roraima | 19 326 | 1 521 | 7,9 |
| Tocantins | 17 347 | 4 996 | 27,2 |
| Nordeste | 3 724 020 | 60 627 | 1,6 |
| Alagoas | 260 329 | 7 181 | 2,8 |
| Bahia | 930 893 | -667 | -0,1 |
| Ceará | 562 647 | 25 652 | 4,6 |
| Maranhão | 244 530 | 922 | 0,4 |
| Paraíba | 299 659 | 7 627 | 2,6 |
| Pernambuco | 853 470 | -54 826 | -6,4 |
| Piauí | 177 566 | 9 509 | 5,4 |
| Rio Grande do Norte | 212 971 | 73 240 | 34,4 |
| Sergipe | 181 955 | -8 011 | -4,4 |
| Sudeste | 13 979 652 | -1 140 503 | -8,2 |
| Espírito Santo | 393 237 | 1 306 | 0,3 |
| Minas Gerais | 2 324 481 | 50 278 | 2,2 |
| Rio de Janeiro | 3 028 644 | -474 51 | -15,7 |
| São Paulo | 8 233 290 | -717 577 | -8,7 |
| Sul | 4 141 224 | -149 531 | -3,6 |
| Paraná | 1 370 289 | 47 493 | 3,5 |
| Rio Grande do Sul | 1 860 220 | -174 853 | -9,4 |
| Santa Catarina | 910 715 | -22 171 | -2,4 |
| Centro-Oeste | 1 398 678 | 179 930 | 12,9 |
| Goiás | 444 950 | 47 559 | 10,7 |
| Mato Grosso do Sul | 221 161 | 25 789 | 11,7 |
| Mato Grosso | 164 052 | 64 836 | 39,5 |
| Distrito Federal | 568 515 | 41 746 | 7,3 |
| TOTAL GERAL | 24 185 789 | -1 100 965 | -4,6 |

FONTE: Para 1989-95: MTb/RAIS; para 1996: MTb/CAGED - Módulo I

Ceará, ao lado do Piauí, Paraíba, Alagoas e Maranhão. Por fim, a região Norte é deficitária, ainda que os estados do Tocantins, Acre, Roraima e Amapá tenham apresentado variações positivas.

Como já foi dito, a evidente subestimação dos cortes no emprego formal, presente nessa base de dados, não permite qualquer avaliação conclusiva e impõe que estas variações positivas sejam tomadas como ponto de partida para análises mais aprofundadas.

Infelizmente, ainda não foi possível estudar o comportamento setorial do emprego formal, que revelaria quais atividades são responsáveis pelas expansões detectadas por esses dados.⁷ Neste momento, o único desdobramento analítico viável se refere ao exame do

⁷ *A exagerada magnitude dos postos de trabalho cujas atividades geradoras não são identificadas, reunidos no item "outros setores", distorce irremediavelmente as variações nos setores identificados: indústria, comércio, serviços, administração pública, etc.*

desempenho das distintas microrregiões (que congregam grupos de municípios).

A título de ilustração, a tabela 2 destaca as microrregiões do Paraná com variações mais significativas, positivas ou negativas. Apresenta o estoque de postos de trabalho existentes em 1989, as variações ocorridas nos subperíodos 1990-93 e 1994-95, bem como a variação acumulada no período 1990-95.⁸

TABELA 2 - COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL EM MICRORREGIÕES SELECIONADAS, NO PARANÁ - 1989/1995

| MICRORREGIÃO | SALDO EM 1989 | VARIAÇÃO 1990-1993 | VARIAÇÃO 1994-1995 | VARIAÇÃO ACUMULADA 1990-1995 | VARIAÇÃO % SOBRE 1989 |
|------------------|---------------|--------------------|--------------------|------------------------------|-----------------------|
| Grupo A | 692 457 | 33 443 | 46 689 | 80 132 | 11,6 |
| Curitiba | 619 051 | 27 700 | 35 269 | 62 969 | 10,2 |
| Astorga | 12 654 | 3 447 | 3 316 | 6 763 | 53,5 |
| Cascavel | 42 152 | 778 | 4 666 | 5 444 | 12,9 |
| Paranavaí | 18 600 | 1 518 | 3 438 | 4 956 | 26,7 |
| Grupo B | 109 996 | -7 200 | 13 766 | 6 566 | 6,0 |
| Apucarana | 34 578 | -3 084 | 5 356 | 2 272 | 6,6 |
| Umuarama | 20 046 | -1 320 | 3 470 | 2 150 | 10,7 |
| Ponta Grossa | 55 372 | -2 796 | 4 940 | 2 144 | 3,9 |
| Grupo C | 145 049 | -19 302 | 8 937 | -10 365 | -7,2 |
| Comélio Procópio | 26 051 | -5 148 | 433 | -4 715 | -8,1 |
| Maringá | 73 997 | -9 957 | 6 780 | -3 177 | -4,3 |
| Foz de Iguaçu | 45 001 | -4 197 | 1 724 | -2 473 | -5,5 |
| Grupo D | 17 879 | -1 531 | -1 287 | -2 818 | -5,8 |
| Jacarezinho | 17 879 | -1 531 | -1 287 | -2 818 | -5,8 |
| Grupo E | 179 386 | -10 950 | 10 946 | -4 | - |
| Londrina | 108 621 | -4 561 | 4 963 | 402 | 0,4 |
| Toledo | 36 653 | -3 699 | 3 923 | 224 | 0,6 |
| Guarapuava | 34 112 | -2 690 | 2 060 | -630 | -1,9 |
| Subtotal | 1 144 767 | -5 540 | 79 051 | 73 511 | 6,4 |
| TOTAL GERAL | 1 370 289 | -12 180 | 95 298 | 83 118 | 6,1 |

FONTE: MTb/RAIS

Antes de qualquer comentário é necessário enfatizar que, ao se analisar o comportamento revelado pelas microrregiões até 1995, deve-se levar em conta o fato de que, em seu conjunto, o Paraná é deficitário em 1996 (menos 35.600 postos, contra um saldo positivo de 83.100 postos de 1990 a 1995).

As microrregiões com variações mais significativas foram segmentadas em cinco grupos. No primeiro, encontram-se as microrregiões com variações positivas nos dois subperíodos: Curitiba, Astorga, Cascavel e Paranavaí. O segundo grupo é formado pelas microrregiões que, embora revelando variações negativas no sub-

⁸ Os dados por municípios e microrregiões estão disponibilizados apenas pela RAIS, dados brutos. Assim, esta análise não engloba o ano de 1996.

período 1990-93, apresentam variações positivas de maior magnitude no biênio 1994-95, resultando em variação positiva para o acumulado no período 1990-95. Essas microrregiões são Apucarana, Umuarama e Ponta Grossa.

No terceiro grupo, encontram-se as microrregiões de Cornélio Procopio, Maringá e Foz de Iguaçu, cujo comportamento é parecido com o do grupo anterior, com a diferença de que a expansão do biênio 1994-95 não supera a retração ocorrida no subperíodo 1990-93, resultando em um saldo negativo para o período 1990-95.

O quarto grupo, formado apenas pela microrregião de Jacarezinho, chama atenção por revelar uma posição deficitária em ambos os subperíodos considerados. Por fim, no quinto grupo encontram-se as microrregiões que, embora pouco expressivas no que se refere às variações acumuladas no período 1990-95, apresentam oscilações significativas (e compensatórias) nos dois subperíodos. São elas: Londrina, Toledo e Guarapuava.

Como já foi dito, infelizmente ainda não foi possível avançar na análise setorial, que poderá esclarecer algo a respeito dos determinantes econômicos desse comportamento regional do emprego formal. Assim, neste momento cabe apenas registrar mais uma vez a necessidade de novos estudos para uma idéia mais conclusiva a respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade (1996). Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, n.6, p.75-111, jun.
- 2 BARROS, P. et al. (1996). **A estrutura do desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro : IPEA.
- 3 BIVAR, Wasmália (1994). Estimativas de duração média do desemprego no Brasil. In: MENDONÇA, Rosane; URANI, André (Org.). **Estudos sociais e do trabalho**. Rio de Janeiro : IPEA. p.197-231.
- 4 BONELLI, R. (1996). **Cenários macroeconômicos para a economia brasileira**. Rio de Janeiro : IPEA.
- 5 BRANDÃO, S.; HOFFMANN, M. (1996). **Estatísticas do trabalho**. Rio de Janeiro : IBGE.
- 6 CACCIAMALI, Maria Cristina et al. (1995). Crescimento econômico e geração de empregos : considerações sobre políticas públicas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília : IPEA, n.12, p.167-197, jun./dez.
- 7 CORSEUIL, C. et al. (1996a). **Desemprego regional no Brasil**. Rio de Janeiro : IPEA. (Série seminários, 9).

- 8 CORSEUIL, C. et al. (1996b). Determinantes da estrutura do desemprego no Brasil : 1986-1995. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24., 1996, Campinas. Anais. Campinas : ANPEC. 3v.v.1, p.462-496.
- 9 DELFIM NETTO, Antonio (1996). **O desemprego neo-social**. Brasília : s.n.
- 10 DIEESE (1994). **O desemprego e as políticas de emprego e renda**. São Paulo : DIEESE. (Pesquisa DIEESE, 10).
- 11 DIEESE (1996). As tendências do desemprego no segundo semestre. **Boletim DIEESE**, São Paulo : DIEESE, n.185, ago. p.3-6.
- 12 FIPE (1997). **Análise da situação do emprego e desemprego no estado de São Paulo**. São Paulo : USP/FIPE.
- 13 FRANCO, Gustavo (1996). **A inserção externa e o desenvolvimento**. Brasília : Banco Central.
- 14 IBGE (1994). **Mapa do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro : IBGE.
- 15 LEVY, Paulo Mansur; HAHN, Leda M. D. (1996). A economia brasileira em transição : o período 1993/96. In: IPEA. **A economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro : IPEA. v.1, p.17-48
- 16 MATTOSO, Jorge; BALTAR, Paulo (1996). **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Campinas : UNICAMP/IE. (Cadernos do CESIT, 21).
- 17 PACHECO, C. (1996). **Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras**. Campinas : UNICAMP/IE.
- 18 POCHMANN, Marcio (1995). O trabalho em questão : considerações gerais sobre o período recente no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v.23, n.1, p.227-247, maio.
- 19 SOUZA, Paulo Renato (1980). **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo : Hucitec.